

Cúpula de Brics na China pretende fortalecer cooperação Sul-Sul

A 9ª Cúpula de Brics, bloco formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que ocorrerá em setembro na cidade chinesa de Xiamen, pretende aprofundar a cooperação pragmática entre os países-membros e fortalecer a governança para fazer frente aos desafios globais, segundo o governo chinês

Após 100 dias do início da cúpula do grupo de economias emergentes, o secretário-geral do Partido Comunista de Xiamen e autoridade máxima da cidade, Pei Jinjia, disse que uma das prioridades do governo chinês é fortalecer a cooperação Sul-Sul.

Ele destacou que o encontro pretende ser uma importante plataforma para atingir esse objetivo. "Expandir a cooperação Sul-Sul vai contribuir para a promoção da globalização da economia e o fortalecimento das parcerias

econômicas", afirmou, em entrevista coletiva, em Xiamen. A cúpula reunirá os chefes de Estado e de governo dos cinco países-membros do bloco ocorrerá na cidade chinesa entre os dias 3 e 5 de setembro, sob o tema "Brics: parceria mais forte para um futuro mais brilhante".

Situada na província de Fujian, na Costa Sudeste da China, Xiamen foi umas das primeiras a conseguir o status de zona econômica especial, em 1980. As zonas econômicas especiais chinesas têm como características a

abertura ao investimento estrangeiro, a adoção de incentivos fiscais e a produção industrial diversificada destinada especialmente às exportações. Importante cidade portuária, Xiamen também tem entre suas principais atividades econômicas a indústria pesqueira, a construção naval, a produção de máquinas e equipamentos e os setores de telecomunicações e de serviços financeiros. Outro destaque da economia local é o parque tecnológico voltado para a indústria de software.

O secretário-geral de Xiamen disse que a localidade está preparada para receber as delegações internacionais. "Aqui é um importante centro econômico e turístico, pioneiro na política de abertura e reforma [econômicas], acrescentou. Segundo Pei Jinjia, o trabalho de preparação da cidade para sediar a cúpula foi conduzido paralelamente à reconstrução da infraestrutura destruída pelo tufão Meranti, que atingiu a região em meados de setembro do ano passado (ABR).

Tellus IV Participações S/A.

Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de março de 2017 e período de 27 de agosto de 2015 (início das operações) a 31 de março de 2016 (Valores expressos em Reais)																																																					
Balancetes Patrimoniais																																																					
Controladora					Consolidado																																																
Ativo	Nota	2017	2016	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016																																												
Ativo circulante		535.852	463.820	1.485.975	7.695.984	Passivo circulante		24.658	1.480																																												
Caixa e equivalentes						Disponibilidades		622	922																																												
de caixa	4	499.786	460.505	1.445.852	558.393	Obrigações sociais		692	300																																												
Outros valores a receber						Obrigações fiscais		3.243	1.174																																												
Adiantamentos a fornecedores			437		437	Contas a pagar		20.111	636.072																																												
Adiantamentos para futura aquisição de terrenos					6.615.000	Patrimônio líquido		71.949.409	7.677.416																																												
Despesas antecipadas					618.645	Capital social	9	11.000.000	11.000.000																																												
Impostos a recuperar		36.066	2.878	36.790	3.509	Capital a integralizar	9	3.740.471	(187.865)																																												
Ativo não circulante		71.438.225	7.215.076	71.374.154		Reserva de Capital	9	65.326.759	7.300.211																																												
Estoque imobiliário	5				71.374.154	Prejuízos Acumulados		(636.879)	(434.930)																																												
Investimentos	8	71.438.225	7.215.076			Total dos acionistas controladores		71.949.409	7.677.416																																												
						Total dos acionistas não controladores																																															
						Total do passivo e patrimônio líquido		71.974.077	7.678.896																																												
Total do ativo		71.974.077	7.678.896	72.860.129	7.695.984																																																
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido																																																					
		Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Participação de não controladores	Total																																															
Saldo em 27 de agosto de 2015																																																					
Constituição de capital		1.000	(1.000)	-	-	-	-	-	-																																												
Aumento de capital social		999.000	(999.000)	-	-	-	-	-	-																																												
Integralização de capital		-	812.135	7.300.211	-	8.112.346	7.317	8.119.663	-																																												
Prejuízo do exercício		-	-	(434.930)	(434.930)	(95)	(95)	(435.025)	-																																												
Saldo em 31 de março de 2016	9	1.000.000	(187.865)	7.300.211	(434.930)	7.677.416	7.222	7.684.638																																													
Aumento de capital social		10.000.000	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-																																												
Integralização de capital		-	6.447.394	58.026.548	-	64.473.942	64.249	64.538.191	-																																												
Prejuízo do exercício		-	-	(201.947)	(201.947)	(38)	(38)	(201.909)	-																																												
Saldo em 31 de março de 2017	9	11.000.000	(3.740.471)	65.326.759	(636.879)	71.949.409	71.509	72.020.918																																													
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras																																																					
1. Contexto operacional – A Tellus IV Participações S.A. ("Sociedade") foi constituída em 27/08/2015. Sua sede está localizada na Rua Hungria, nº 514, 0º andar, conjunto 102, sala 26 – São Paulo-SP e tem como atividade principal a compra, venda, locação e administração de bens próprios, móveis ou imóveis, prestação de serviços de consultoria não especializada, planejamento e assessoria empresarial, de qualquer natureza, a participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, titular de debentures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. 2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, em consonância com a Lei nº 6.404/76, bem como alterações introduzidas com o advento da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instrumentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC para Pequenas Empresas Empreendedoras (PME) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/03/2017 foram autorizadas para emissão pela Administração em 05/05/2017. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e no apresetamento em Real e a moeda da unidade é o Real. 3. Resumo das principais práticas contábeis – a. Base de consolidação: As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as operações com as controladas das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas de 31/03/2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e abrangem as demonstrações financeiras da Tellus IV Participações S.A. e as controladas Esek Empreendimentos Imobiliários S.A., Meribisse II Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. e Meribisse II Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., das quais possuem participação de 99,90% de cada entidade. b. Apropriação das receitas, custos e despesas: A Companhia encontra-se em fase de planejamento e desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários em desenvolvimento pelas empresas investidas, portanto não apresenta receita, somente despesas administrativas e de consumo, necessárias a sua constituição e manutenção, bem como receitas financeiras as quais foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência do exercício. c. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento não exceda o prazo de 90 dias e a liquidez líquida seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d. Instrumentos financeiros: De acordo com o CPC aplicável às pequenas e médias empresas (PME) o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros são passivos da Companhia. e. Receita: A Companhia reconhece um ativo financeiro por seu valor presente à vista, incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido do qualquer custo de transação atribuído. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. f. Investimentos em controladas e coligadas: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. g. Caixa e equivalentes de caixa: Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme costuma abaixo: <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e banco</td> <td></td> <td>57.190</td> <td>27.912</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Financeiras (I)</td> <td></td> <td>442.596</td> <td>430.393</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>500.786</td> <td>468.305</td> </tr> </tbody> </table> (I) Tais aplicações referem-se a aplicação de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. A remuneração destes investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). 5. Estoques – Esek Empreendimentos Imobiliários S.A.: Tipo de projeto: Residencial; Localidade: São Paulo/SP; Data de início do projeto: Novembro/2015; Início da obra: Novembro/2018; Tempo de duração da construção do projeto: 24 meses; Percentual que já foi construído do projeto: 0%; Data prevista de entrega do projeto: Outubro/2020; Meribisse II Empreendimentos Imobiliários S.A.: Tipo de projeto: Residencial; Localidade: São Paulo/SP; Previsão de início da obra: Novembro/2018; Tempo de duração da construção do projeto: 24 meses; Percentual que já foi construído do projeto: 0%; Data prevista de entrega do projeto: Março/2020. Meribisse II Empreendimentos Imobiliários S.A.: Tipo de projeto: Residencial; Localidade: São Paulo/SP; Previsão de início da obra: Novembro/2018; Tempo de duração da construção do projeto: 24 meses; Percentual que já foi construído do projeto: 0%; Data prevista de entrega do projeto: Outubro/2020. Consolidado <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custo de aquisição – Terreno</td> <td></td> <td>65.973.378</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos com projetos</td> <td></td> <td>1.571.016</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos com impostos e taxas</td> <td></td> <td>3.762.245</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa de administração SDI</td> <td></td> <td>71.374.154</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável (impairment). A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa do valor de transação do imóvel quando completamente desprovido dos custos e despesas incorridas e a serem incorridas até a sua concretização. Em 31/03/2017 não existia expectativa de perda em relação ao valor recuperável dos estoques a ser registrado nas demonstrações financeiras. 6. Adiantamentos para futura aquisição de												Controladora	Consolidado			2017	2016	Caixa e banco		57.190	27.912	Aplicações Financeiras (I)		442.596	430.393	Total		500.786	468.305			Controladora	Consolidado			2017	2016	Custo de aquisição – Terreno		65.973.378		Custos com projetos		1.571.016		Custos com impostos e taxas		3.762.245		Taxa de administração SDI		71.374.154	
		Controladora	Consolidado																																																		
		2017	2016																																																		
Caixa e banco		57.190	27.912																																																		
Aplicações Financeiras (I)		442.596	430.393																																																		
Total		500.786	468.305																																																		
		Controladora	Consolidado																																																		
		2017	2016																																																		
Custo de aquisição – Terreno		65.973.378																																																			
Custos com projetos		1.571.016																																																			
Custos com impostos e taxas		3.762.245																																																			
Taxa de administração SDI		71.374.154																																																			

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Os Acionistas e Diretores da Tellus IV Participações S.A. – São Paulo-SP solicitaram a Examinadora Independente de Contas, Auditores Independentes e Consolidados da Tellus IV Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e demonstrações de custos e despesas incorridas e a serem incorridas em relação a sua concretização. Em 31/03/2017 não existia expectativa de perda em relação ao valor recuperável dos estoques a ser registrado nas demonstrações financeiras. **6. Adiantamentos para futura aquisição de**

causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os responsáveis pela elaboração e pela capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo o balanço patrimonial, o resultado abrangente, os fluxos de caixa e o balanço patrimonial, não contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para avaliar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dívida significativa em relação à capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante o curso da auditoria. São Paulo, 05 de maio de 2017. **KPMG Auditores Independentes** **Ederson Rodrigues de Carvalho** Contador – CRC 1SP 019.289/0-2

Wood You Empreendimento Imobiliário Ltda.
CNPJ: 13.811.460/0001-06 NIRE: 35.225.374.837
Endereço: Rua do Comércio, 111 - Vila Nova Conceição, São Paulo-SP

Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.
CNPJ: 09.034.648/0001-56 - NIRE: 35.300.348.1169 - Extrafilial da AGD realizada em 28 de abril de 2017
Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de abril de 2017, às 15:00 horas, na sede da companhia. Presença: Totalidade: Mesa Presidente: Marcos Eduardo Binder; Secretário: Geraldo França Sobreira; Publicação dos Documentos: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; (II) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do Estatuto Social, a serem pagos às acionistas oportunamente, e a destinação do saldo do lucro apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, líquido dos dividendos mínimos obrigatórios, para a conta de lucro a destinar, sem aplicação em reserva legal, em razão do valor constante da reserva legal somada a reserva de capital exceder em 30% o valor do capital social, nos termos do art. 193, § 1º da Lei 6.404/76; (III) Publicação desta ata na forma de extrato, nos termos do § 2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76; Encerramento: Nada mais. Assinatura: Marcos Eduardo Binder - Presidente; Geraldo França Sobreira - Secretário; Assinatura: Sodexo Pass Internacional por Marcos Eduardo Binder; Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda. por Geraldo França Sobreira e Marcos Eduardo Binder. A presente ata confere com o original lançado em livro próprio.

Cinco passos para estimular o compliance nas empresas

Antonio Carlos Hencsey (*)

Quando falamos de compliance, é fundamental que as empresas tenham o seu foco na maturidade e sustentabilidade de seu programa

Como antes de estabelecer uma cultura ética real na organização é preciso se basear em cinco pontos sobre os quais os convidado para uma reflexão.

1) **Sua empresa fala sobre ética mesmo quando o tema discutido não é compliance?** - Ética não deve ser assunto apenas em reuniões específicas ou treinamentos. Deve-se falar sobre ética a todo o momento na empresa para que ocorra, no dia a dia das tomadas de decisão, a clara cultura de saber o certo frente ao errado. Discussões sobre dilemas, estudos de caso, conversas entre chefes e colaboradores devem ser estimuladas e orientadas com o propósito de trazer o tema para a rotina dos profissionais. Quanto maior a probabilidade do colaborador absorver e agir de acordo com a cultura esperada pela organização.

2) **Sua empresa faz o que prega?** - Para que os funcionários sigam leis, regras ou qualquer outro tipo de direcionador de conduta ética é necessário que eles vejam isso acontecendo em todas as relações vivenciadas na empresa, sejam elas internas ou externas, nos negócios, frente à concorrência e na transparência caso algo saia errado. Sem um posicionamento ético firme, os colaboradores perceberão inconsistências entre o que se fala e o que se faz, identificando hádiversas saídas possíveis para a solução de um conflito moral, aumentando assim o potencial para agir com a mesma flexibilidade quando expostos a dilemas.

3) **É seguro falar sobre ética na sua organização?** - Profissionais que desejam um ambiente correto e sustentável podem ter dois grandes empecilhos para não se manifestarem ao verem algo errado ocorrendo: medo de retaliação, e a sensação de inutilidade de seus relatos. Desta forma, é fundamental que se a empresa deci-

dir estimular denúncias ou portas abertas, que faça algo produtivo e adequado com as informações trazidas. Caso essa prática não ocorra, a tendência é que problemas continuem acontecendo e você só descubre tarde demais, além de frustrar os colaboradores que presam pela sua organização.

4) **Os direcionamentos gerais da companhia são compatíveis com o comportamento ético esperado?** - Talvez existam momentos em que as políticas de compliance não são percebidas como convergentes em relação a algumas ambições corporativas. Mas nestes momentos a empresa deve pesar o que de fato importa. Assim, nada deve se impor à conduta ética. As metas, as estratégias de negócio, a comunicação, entre outros elementos, devem ser desenhados de forma clara e adequada a fim de estarem alinhados com o que é correto.

5) **Os seus colaboradores são ouvidos sobre as políticas de compliance corporativas?** Dificuldades de compreensão, execução ou acesso às diretrizes são levadas em consideração na sua auditoria de cultura ética? Seus colaboradores são ouvidos sobre as dúvidas, receios, experiências ou até mesmo discordâncias que possuem diante das normas impostas? Um dos principais impedimentos de um programa efetivo de compliance é a não aderência dos colaboradores ao que é proposto pela empresa. Assim, para que a companhia tenha o apoio e a colaboração irrestrita dos profissionais é fundamental mapear seus conhecimentos, compreensões e crenças acerca das políticas instaladas visando desmistificar e aproximar as regras dos profissionais.

Mapeando os cinco pontos acima e tratando as falhas existentes a construir um ambiente preparado para as melhores práticas de compliance, abrindo um real espaço para a absorção de uma cultura ética.

(*) - É líder de prática de Ética & Compliance da Protiviti, consultoria global especializada em finanças, tecnologia, operações, governança, risco e auditoria interna (www.protiviti.com).